



INFÂNCIAS PARAIBANAS: entre discursos jornalísticos e narrativas orais

VALDIRENE PEREIRA DE SOUSA*

RESUMO: Esse trabalho pretende analisar tanto as histórias de infâncias anunciadas e narradas por alguns periódicos que circulavam na Paraíba durante as décadas de 1930-1940, dentre os quais: almanaques, revistas e jornais, que operacionalizavam um determinado lugar para a infância a partir da intervenção dos saberes pedagógicos e médico- higienistas; quanto as histórias infantis (re)significadas nas/pelas memórias afetivas de idosos(as) que vivenciaram lugares de infâncias não inscritos nos discursos pedagógicos assentados sob os códigos da escolarização. Infâncias fabricadas, experimentadas e praticadas sob o viés de gênero e das pertencas sociais. O que significava ser criança segundo os códigos institucionais pedagógicos e higienistas nas décadas de 1930 e 1940? Quem eram esses sujeitos infantis construídos pelas redes discursivas que enunciavam o que é ser criança, justificando a atuação de uma série de práticas de educação, de controle e de cuidado? E Quais os outros lugares/pedagogias de infâncias que entraram na cena narrativa e sob quais condições? A efetivação metodológica deste trabalho é tecida pelo entrelaçamento das fontes escritas e orais através das possibilidades oferecidas pela História Oral, pelas discussões de memória e pela contribuição da análise do discurso segundo a perspectiva foucaultiana.

Palavras-chave: Infâncias, narrativas jornalísticas, memórias

CARTOGRAFANDO UM CENÁRIO...

O período tomado como demarcação temporal para a problematização dos lugares enunciativos de infância é o início da década de 1930 até os idos dos anos 1940. Essa demarcação temporal é reveladora de subjetividades calcadas em uma racionalidade política investida pelo projeto de civilidade e progresso. A infância como objeto de intervenção disciplinar foi pensada, pelas políticas educacionais brasileiras no início do século XX, para atender as demandas do processo de modernização, industrialização e crescimento da população urbana.

A institucionalização da infância pelos discursos pedagógicos, jurídicos, médicos, entre outros, começavam a se articular socialmente, apresentando a preocupação de fabricar

* Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

paradigmas de proteção e de acolhimento às crianças, a partir de uma abordagem etária dos corpos. A ampliação da educação e a preocupação com o tempo livre arregimentavam os debates políticos em torno dessa infância que começava a preocupar a dinâmica social.

Este cenário cartografado tem me incentivado a problematizar como uma determinada noção de infância começa a ser construída no território paraibano, sob o signo de determinadas práticas, com vistas a instituir um novo modo de ser criança que demandasse cuidados materiais, afetivos e pedagógicos. Infância anunciada e construída pelas narrativas escolares e jornalísticas, encarregadas da anunciação de uma nova ordem de conduta, reafirmada pelas intervenções dos discursos higienistas e pedagógicos que se confluíam em todo o território nacional, sobretudo, nas primeiras décadas do século XX.

E para além da configuração dessas representações de infância esboçadas pelas narrativas escolares e jornalísticas, lanço mão de outros lugares que colocam em cheque as representações sociais presentes naquelas fontes escritas. São as narrativas das histórias de infância de pessoas pobres que protagonizaram outras experiências no cenário paraibano, as quais propõem outras demarcações como constituintes de suas subjetividades etárias.

Para a efetivação da presente proposta, utilizo como documentos as publicações jornalísticas que promoviam visibilidade e dizibilidade aos discursos em prol de uma educação formal e, para tanto, elegi notícias publicadas pelos jornais *A União* e *a Voz da Borborema*¹, os quais trazem reportagens afirmando e/ou denunciando a situação educacional no Estado e no território nacional. Através de algumas matérias percebemos a veiculação de certos valores e normas de comportamento referentes aos projetos de escolarização difundidos nas décadas de 1930-1940 em âmbito nacional e sua recepção no Estado da Paraíba.

Para a pesquisa das memórias de infância, o Centro de Convivência² é tomado como demarcação espacial por ser um espaço institucionalizado de dispositivos da velhice, aglutinador de subjetividades múltiplas. Muitos idosos participantes desse espaço são naturais

¹ A União, jornal oficial do governo do Estado da Paraíba, é o mais antigo jornal paraibano em circulação, foi fundado em 2 de fevereiro de 1893; A Voz da Borborema foi um jornal de circulação semanal da cidade de Campina Grande- PB entre as décadas de 1937 a 1940.

² Espaço administrado pela SEMAS- Secretaria Municipal de Ação Social, fruto da institucionalização da Política Nacional do Idoso, o Centro de Convivência, fundado no ano de 2000, assessora treze grupos de terceira idade campinenses, computando um total de 321 idosos cadastrados, sendo 228 mulheres e 93 homens e conta com uma equipe multidisciplinar e transdisciplinar composta por 17 pessoas.

de várias cidades do interior nordestino, principalmente da região do Cariri, e apresentam em suas identidades diversas maneiras de sentir-se homem, sentir-se mulher, velho, jovem, criança, formas bastante particularizadas, assentadas sob as experiências de vida que teve cada sujeito. As subjetividades etárias e de gênero se configuram de forma múltipla e plural na construção de suas narrativas. As lembranças e/ou silenciamentos emergiram durante a realização de oficinas de memórias e entrevistas individuais no Centro de Convivência, foram 03 idosos que contribuíram com narrativas para a construção deste artigo, seus nomes não são revelados durante os relatos de experiência, nomes fictícios substituem os nomes verdadeiros.³

INFÂNCIAS ESCOLARIZADAS

Os primeiros anos do século XX no Brasil foram marcados por um cenário de reformas justificado pelos discursos higienistas, civilizatórios, modernizadores e progressistas, com vistas à construção da nação brasileira e de um povo que acompanhasse os propósitos modernistas. A influência do ideário “escolanovista”⁴ começava a se firmar e ganhar maior significância no Brasil principalmente a partir dos anos 1930, desse modo, há uma grande preocupação por parte do governo com a elaboração e implantação de políticas educacionais que pudessem instruir o Brasil nessa perspectiva renovadora.

*Uma das mais fortes exigências do momento actual, em todo o mundo civilizado, é, indiscutivelmente, a criação de uma mentalidade nova, por meio de uma intensa campanha educacional, imprimindo-se ao regime escolar rumos definidos capazes de preparar gerações de suas pátrias, gerações que possam garantir às suas nacionalidades destinos gloriosos dignos de suas tradições e da civilização contemporânea.*⁵(Sic.)

*O Brasil que já forma no roll dos países civilizados, vem, de há muito, cuidando da criança, procurando despertar o interesse da coletividade brasileira para o seu maior equilíbrio racial, numa puericultura sadia e orientada. As crianças já são olhadas com mais interesse, não só pelos pais, como, também pelos educadores e os poderes competentes. (...)*⁶

³ As entrevistas presentes nesse artigo foram realizadas no ano de 2009 em oficinas de memórias, com idosos aposentados que têm entre 70 a 80 anos de idade, participantes do Centro de Convivência situado na cidade de Campina Grande-PB e moradores da mesma. Todos os três idosos entrevistados passaram o período da infância em regiões rurais da Paraíba.

⁴ O movimento da Escola Nova foi um movimento de renovação do ensino que exerceu grande influência na maneira de pensar a educação aqui no Brasil, principalmente, na primeira metade do século XX. Discutiremos mais adiante como se deu a influência desses ideais nas políticas educacionais nacionais e paraibanas.

⁵ A UNIÃO, 12 de Fevereiro de 1938, p. 1

⁶ A UNIÃO. A criança. De Castro e Silva. 17 de Outubro de 1944

A expansão desses dispositivos escolares atinge sobremaneira o cenário paraibano ao longo das décadas de 1930 e 1940, que ao receber esses discursos (re)fabrica condutas disciplinares pautadas em um novo modelo educacional.

Sabe-se que, desde sua ascensão ao governo, o interventor Argemiro de Figueiredo vem dispensando uma atenção toda especial ao magno problema, construindo grupos escolares e escolas isoladas, subvencionando escolas particulares, transformando a Paraíba num amplo viveiro onde milhares de espíritos infantis se instruem, sob os cuidados de mestres ilustres e dedicados.⁷

A Paraíba, - sob a orientação esclarecida de Ruy Carneiro- parcela conciente dêste Brasil que se preocupa com os seus problemas vitais, não tem esquecido um só instante a criança- esse homem reconhecido de amanhã! Na Paraíba a criança é olhada desde o estado fetal e acompanhada com interesse a sua evolução organica até quando civilmente se considera paraibana [...]⁸

Como descrevem as reportagens das décadas de 1930 e 1940, respectivamente, os olhares políticos, pedagógicos, médicos, entre outros, se voltavam para a criança enquanto sujeito que precisava de atenção e cuidados específicos por parte de uma sociedade ávida pela operacionalização dos caminhos normativos utilizados para construção de uma ordem civilizacional e progressista, além de apresentar o Estado da Paraíba como espaço articulador dos ideais de progresso e de civilização, ao enfatizar que este seguia os caminhos educacionais pensados sob os auspícios de uma “mentalidade nova⁹” acionada nacionalmente pelas políticas públicas em torno da escolarização. O que preponderantemente estava em jogo, nesse contexto discursivo analisado, era a preocupação em modelar o sujeito infantil pelo viés da escolarização e da pedagogização dos corpos e mentes, para atender as necessidades de construção de um projeto educacional moderno que inserisse a Paraíba nos rumos do progresso, da civilidade e de uma pretensa modernização defendida em âmbito nacional.

Nesse sentido, a produção de novos sujeitos: a criança-aluno e, conseqüentemente, o adulto civilizado, a constituição de novas relações de autoridade e de novas formas de comportamento se torna um dos principais balizadores na operacionalização desse projeto modernizador. Cabe pensar também, nesse contexto, se o governo desses lugares de

⁷Idem

⁸ Idem

⁹ Essa “mentalidade nova” defendida pelos formuladores das políticas educacionais estava baseada nas diretrizes criadas pelo movimento da Escola Nova.

infância considera as condições sociais, raciais e de gênero na constituição das individualidades e identidades infantis paraibanas.

A escolha das décadas de 1930 e 1940¹⁰ como demarcação temporal, é bem sintomática em termos políticos. Principalmente porque traz a possibilidade de problematização da conjuntura político-educacional que estava se estruturando em âmbito nacional, com a chegada de Vargas ao poder, sendo também difundida veementemente para todos os Estados, dos quais destaco o Estado da Paraíba. Uma nova política assentada em ideais mais populistas, com a introdução de novas ideias educacionais conjuntamente ao processo de expansão do ensino.

Nesse sentido, o que estava sendo posto pelos discursos jornalísticos oficiais, principais difusores desse panorama político, era a enunciação de uma nova racionalidade política investida pelo projeto de civilidade e progresso que tomava urgentemente, a infância como objeto de intervenção disciplinar com vistas a desenvolver uma pedagogização educacional de seus corpos e subjetividades por meio da escolarização. Uma série de realizações dirigidas direta e indiretamente à infância, como a criação do Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Saúde e de várias Instituições de Assistência à Infância, além de várias medidas sociais e educacionais, são articuladas dentro da política realizada por Getúlio Vargas em âmbito nacional, estendidas aos seus Interventores em âmbito estadual, para racionalização dos lugares etários.

E, nesse sentido a categoria infância começava a preocupar a dinâmica social e se tornou o principal alvo de abordagem etária. É especialmente dentro do recinto da instituição escolar que a pedagogização das subjetividades infantis é enfatizada pelos ordenadores das políticas públicas educacionais. A instituição escolar vai ser posta como principal instrumento de controle dos sujeitos, de modelagem de seus corpos e mentes. Conforme destaca Naradowski,

[A escola é] (...) o ponto de chegada e o ponto de partida da pedagogia, ela é o conditio sine qua non do discurso pedagógico moderno. Ela representa a

¹⁰Antonio Carlos Ferreira Pinheiro afirma que durante essas décadas a Paraíba vivenciou um período de grande euforia educacional. PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002, p. 182. (Coleção educação contemporânea)

justificação da pedagogia enquanto disciplina humana, mas também constitui o campo real que pertence ao discurso pedagógico e no qual esse deve atuar: educando, disciplinando, instituindo, desenvolvendo.¹¹

A instituição escolar vai ser pensada como possibilidade de controle dos sujeitos, de modelagem de corpos e mentes e como espaço privilegiado para a naturalização de condutas femininas e masculinas. E nesse momento teremos a forte influência do movimento “escolanovista” na elaboração e operacionalização das políticas educacionais que visavam instruir o Brasil nessa perspectiva renovadora. Conforme destaca o professor José Baptista de Mello, Diretor do Diretor do Ensino Primário no governo de Antenor Navarro (1930-1932) em relatório dirigido à Secretaria do Interior da época:

É do conhecimento de V.Excia o avanço que vem se operando em todos os ramos de ensino, cujos processos, hoje seguidos, visam dar à escola uma feição mais prática e mais útil.

A escola nova, vitoriosa em toda parte, veio alterar, completamente, o ensino primário, que, atualmente, obedece a uma orientação mais consentânea às necessidades do aluno.

A escola tradicional vai, aos poucos, sofrendo os influxos dos novos processos pedagógicos, de modo a garantir melhor educação ao nosso povo.

Assim é que, por toda parte, instalam-se novos tipos de educandários, com feição essencialmente prática, transformando o ambiente escolar em verdadeiros centros de trabalho e de socialização. O aluno vai aprendendo executando. É o artífice, é o homem prático do dia de amanhã .

(...)Esforçamo-nos para que o nosso Estado não fique indiferente a esse movimento de renovação que sacode todos os espíritos adiantados.¹²

Segundo Oliveira (2002, p. 230):¹³ “O século XX, inegavelmente, assistiu a uma expansão do ensino formal. Políticos e educadores se “uniram” objetivando construir uma nação mais igualitária, com menores taxas de analfabetismo e com currículos reformados.” A expansão desses dispositivos escolares atingiu o território paraibano, que ao receber esses

¹¹NARODOWSKI, Mariano. **Adeus à infância** (e a escola que a educava). In: SILVA, Luiz Heron, (org.). Porto Alegre: SMED, 1998. p.173.

¹² MELLO, José Baptista de. **Evolução do Ensino na Paraíba**. 2ª ed. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1956, p. 100

¹³ OLIVEIRA, Iranilson B. **Façamos a Família à nossa Imagem: a construção da Família no Recife Moderno (décadas de 20 e 30)**. Recife, 2002, tese (Doutorado em História) CFCH, Universidade Federal de Pernambuco.

discursos (re)fabricou as condutas disciplinares pautadas no novo modelo educacional, referendado pelo momento de “euforia educacional”¹⁴

As notícias que circulavam nos jornais locais eram enunciadoras e defensoras de uma pedagogia escolarizada como caminho para o progresso social. Ao investigarmos as narrativas jornalísticas percebemos a preocupação por parte dos governantes locais, em atender as diretrizes pensadas pelas políticas educacionais em âmbito nacional e enfatizar a convergência de interesses.

*O decreto assignado hontem pelo Sr. Interventor Federal, neste Estado, que dispõe sobre a organização escolar parahybana, imprimindo uma orientação nova á educação em nossa terra, não produzirá os seus effeitos nos primeiros tempos de sua execução, pois, somente após algum tempo, quando começarem a surgir as primeiras turmas de jovens, educados sob esse regime é que poderemos então sentir o alto espírito que animou o Chefe do Governo, ao assignar um decreto de tanta relevância para o progresso da terra comum.*¹⁵(sic)

Nesse trecho citado acima, temos uma referência aos princípios de nacionalização e civilização presentes nas discussões educacionais propostas pelo Estado Novo que investia em políticas de expansão de grupos escolares¹⁶ e no aumento do número de vagas nas escolas. Os discursos investiam na construção de um lugar para o Estado da Paraíba associado à ideia de modernização, ao enfatizar que este estava seguindo os caminhos educacionais pensados sob os auspícios de uma “mentalidade nova” acionada nacionalmente pelas políticas públicas em torno da escolarização.

Dessa forma, percebe-se que a preocupação em anunciar a educação paraibana em conformidade com as propostas educacionais que se arregimentavam em âmbito nacional era algo muito presente nos discursos do Jornal a União. Um discurso normatizado, com uma

¹⁴ De acordo com PINHEIRO, A.C.F. **Da era das cadeiras isoladas à era dos Grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002, durante as décadas de 1930 e 1940 a Paraíba viveu um período de euforia educacional, devido entre outras coisas, à construção e expansão dos grupo escolares e ao aumento de matrículas e diminuição da evasão escolar.

¹⁵ A UNIÃO. **Novos rumos á educação na Parahyba**. 12 de fev. de 1938, p. 1

¹⁶ Sobre grupos escolares na Paraíba ver PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. (Coleção educação contemporânea) e SILVA, Maria Raquel. **Civilizando os filhos da “Rainha”**, Campina Grande: modernização, urbanização e grupos escolares (1935 a 1945) dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

orientação centralizada, a serviço de um projeto político estabelecido durante todo o governo Vargas, que não traz a preocupação de apresentar o caráter plural e heterogêneo dos sistemas simbólicos na representação das infâncias, mas constrói toda uma rede de enunciação que apresenta a concepção de infância imbrincada ao papel das instituições voltadas para sua educação, uma infância que foi acionada para responder as expectativas sociais que estavam sendo postas no cenário nacional.

E OUTROS LUGARES DE INFÂNCIA ENTRAM EM CENA

As reportagens veiculadas na imprensa criavam a imagem de uma cultura escolarizada, que se fazia destinada a todos os segmentos, porém, muitos não se reconheciam enquanto partícipes desse universo. As narrativas de muitos sujeitos pesquisados, na contramão do que estava sendo regulamentado politicamente, trazem outros sentidos para o lugar de infância, distintos daqueles construídos pelas narrativas jornalísticas. A maioria dos sujeitos entrevistados que experimentou a infância na zona rural demarca o lugar infante pela inserção no mundo do trabalho. As narrativas de dois idosos, entre muitos entrevistados, são pontuais nesse sentido:

*(...) até os 7 anos de idade eu tive infância, mas depois tive que trabalhar na roça com meu pai, precisava muito de trabalhar, a família tava...em crescimento, eu tenho, eu sou de uma família de 12 irmão e tudo são vivo ainda. Aí vim trabalhar na roça com meu pai logo cedo, comecei a trabalhar com 7 anos, mas de qualquer maneira eu tinha uns brinquedo, eu tinha uns 7 ano de idade e comecei a brincar né, mais aí de vez em quando deixava de brincar pra ir pra roça, mas foi muito bom assim em termo de conhecimento [...]*¹⁷

*Não brinquei de boneca, nem estudei, passei minha infância no cariri, na fazenda Quixaba. Eu não tinha estudo, fiquei com meus irmão, meu pai morreu, quando eu nasci meu pai morreu, aí minha vida foi essa, só vida de doido, não tive alegria pra nada. Trabalhava na roça, só alimpar mato, eu alimpava porque meu padraсто botava, mãe casou duas vezes, mas só foi pra sofrer, eu num conto nenhuma vantagem da mocidade(...)*¹⁸

As narrativas de infância delineadas nas/ pelas memórias dos idosos, tecida por palavras, gestos, silêncios e sentimentos, cartografam, em sua maioria, um cenário de exclusão, distinto do modelo normativo instituído pelos códigos escolares, uma infância em

¹⁷ Entrevista concedida à autora pelo senhor Inácio no Centro de Convivência no dia 24 de Novembro de 2009.

¹⁸ Entrevista concedida à autora pela senhora Eva no Centro de Convivência no dia 24 de Novembro de 2009.

sua maioria, ruralizada e predominantemente marcada pelo trabalho, por uma moral patriarcal bastante forte, delimitadora das relações sociais. Para muitos dos entrevistados, a entrada no universo escolar foi sucumbida pela entrada no universo do trabalho, uma escolha que não cabia às crianças, cabia à figura paterna definir e escolher os caminhos que os filhos deveriam seguir para tornarem-se “homens de vergonha” e “mulheres de bem”. De acordo com as narrativas desses sujeitos, a valorização do trabalho era superior a qualquer ordem normatizada de disciplinarização na construção do lugar de infância. Nesse viés de análise, a configuração do papel das famílias pobres espacializadas na zona rural do interior nordestino desautoriza a pedagogização dos corpos em prol de uma moral do trabalho.

O trabalho era, no entanto, instituído dentro dessa ordem moralizante, como o melhor caminho para educar os filhos. De acordo com os preceitos morais comungados na época, a instituição escolar evidenciada pelos discursos modernos como uma das responsáveis pela proteção dos direitos da criança não existia no universo experiencial de muitos entrevistados, que devido ao número reduzido de escolas, principalmente na zona rural, e às dificuldades de subsistência encontradas no âmbito doméstico, não puderam frequentar a escola.

Eu trabalhei muito no sítio, era um sítio lá em Puxinanã, meu pai não deixava a gente estudar, minha mãe escondia uma boneca debaixo da cama pra meu pai não ver, porque se ele visse batia muito. Um dia eu tava conversando com minha mãe, falava que eu tava com saudade da minha tia, queria ver ela, aí meu pai chegou e perguntou gritando o que a gente tava conversando, eu disse que não era nada não, só tava dizendo que tava com saudade da minha tia, daí ele me bateu muito, muito, disse que não era pra eu sair de casa, ele só deixava ir pra igreja com minha madrinha. [...] quando ele ia cortar o cabelo a gente brincava, mas era bem escondido. [...] hoje eu dou pras minha netinha o que eu não tive, eu compro muitas bonecas (...).¹⁹

Os fragmentos de memórias de infância trazidos nas narrativas dos idosos pesquisados nos possibilitam refletir acerca dos papéis assumidos pelas crianças, pelas mulheres e homens no seio familiar e na nossa sociedade, em um contexto que tem como demarcação espacial o interior nordestino, especificamente na zona rural, e como demarcação temporal as primeiras décadas do século XX. Um espaço-tempo demarcado por uma série de práticas regionalistas e tradicionalistas e de uma progressiva subordinação em relação ao Sul do país que vão culminar na constituição de uma identidade nordestina marcadamente centrada no masculino

¹⁹ Entrevista concedida a autora pela senhora Lia no centro de Convivência no dia 24 de Novembro de 2009

e nas relações patriarcais definidoras das relações de gênero e etárias (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2003). No relato acima, a relação de gênero que se configura é marcada por uma forte relação de poder entre os sexos, onde as diferenças sexuais foram construídas como desiguais e inferiores.

Em nossa sociedade, as representações dos lugares de homens e mulheres foram construídas de forma hierarquizada, com os dois sexos assumindo valores diferentes, o masculino aparecendo sempre como superior ao feminino. Ao investir no gênero como categoria de análise, “como um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” Scott (1995, p. 21) vem nos inspirar a perceber, em um espaço localizado e datado, como se esboçam as relações de gênero e etárias entre os sujeitos, precipuamente a partir do relato trazido pela senhora Lia, quando esta descreve a figura masculina como aquela que assume o exercício de um poder repressivo sobre o ser infante e feminino, que limita, proíbe e anula, quando pretende educar a partir da repressão: dos sentidos, das falas, das ações, alijando as mulheres de qualquer decisão no seio familiar, pois era a figura do pai que determinava se a criança podia estudar, brincar, sair de casa ou tomar qualquer outra decisão.

Para muitas famílias pobres, entretanto, suas filhas não precisavam estudar, pois entendiam que as meninas, desde muito cedo e sem escolaridade formal, já tinham conhecimento suficiente para ajudar os pais na manutenção da família e, depois, sobreviver na vida adulta. Nas zonas rurais, esse pensamento era ainda mais arraigado que na cidade, uma vez que meninas, além de executarem os serviços domésticos, eram obrigadas a atuar nas lides agrícolas. (AREND, 2012, p. 76):

Sua infância fora marcadamente uma experiência de proibições, de desejos recalcados, anseios reprimidos, o repressor dos seus desejos de infância foi seu pai, a figura autoritária paterna, responsável pelas determinações que cada membro da família deveria seguir. Mas, apesar da senhora Lia estar inserida nesse espaço de dominação, comandado pelo seu pai, com vistas à obediência irrestrita, linhas de fuga foram produzidas, “maneiras de fazer” cotidianas sub-repticiamente foram tecidas (CERTEAU, 1994). Astuciosamente foram criados meios que possibilitaram a experimentação das brincadeiras de infância, a saída do pai para cortar o cabelo era um dos momentos que a senhora Lia utilizava para brincar de boneca e para falar com sua mãe livremente sobre seus desejos. A figura materna se apresentava

como o oposto da paterna, a senhora Lia tinha na pessoa da mãe um forte sentimento de cumplicidade, pois era essa quem escondia a boneca do pai para que a filha pudesse brincar, pudesse viver minimamente a ludicidade da infância e astuciosamente burlar a autoridade de um pai opressor dos desejos infantis. Mediante à produção astuciosa e silenciosa da senhora Lia, em cumplicidade com sua mãe, a proibição paterna não impossibilitou totalmente suas brincadeiras de infância.

Na contramão dos discursos que constroem e institucionalizam as categorias etárias como categorias universais, inserem-se estas experiências de infâncias que provocam deslizamentos de sentidos, revelam um amálgama de sentidos e significações, que possibilitam o transitar pelos não-lugares, sutis deslocamentos dos lugares etários cristalizados. Suas narrativas distanciam-se de toda a arregimentação discursiva que se articulava socialmente com vistas a instituir o lugar da infância associado à noção de escolarização e possibilitam a explosão de outros lugares, os quais foram vivenciados sob os signos do trabalho e das brincadeiras, sob outras referências que deslocam/invertem o lugar normativo construído socialmente. (CERTEAU, 1994). São, portanto, narrativas que constroem outros lugares de infância, os quais também se inserem dentro das práticas da sociedade, lugares construídos sob memórias, atravessados pelas diferentes fronteiras etárias. Devires que se instalam através das marcas subjetivas desses sujeitos, (re)desenhadas nas cartografias geracionais que emergem das histórias de vida impregnadas de sentidos múltiplos, responsáveis pela constituição de si e pela inventividade.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto.

_____. **Nordestino: uma invenção do falo**. Uma história do gênero masculino (Nordeste- 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

AREND, Silvia Fávero. “Trabalho, escola e lazer”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. & PEDRO, Joana. **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. P. 65-83

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. AUGRAS, Monique. História oral e subjetividade. In: Simson, O.R.M.Von.(org.) **Os desafios contemporâneos da História Oral**. Campinas: UNICAMP, 1997, p. 213-222.

- BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e maquinarias**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2002.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção de Cotidiano: 1-artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- DEACON e PARKER, Roger e Ben. Escolarização dos Cidadãos ou Civilização da Sociedade? IN: SILVA, Luiz Heron da (org.). **A Escola no Contexto da Globalização**. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- FARIA, Ana Lúcia Goulart de. (org.) Prefácio. **Cadernos Cedes**. Infância e educação: As meninas, (56), 2002a, p.2-4.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 3ª edição. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- FREITAS, Marcos César de. **História Social da Infância no Brasil**. 5ª edição. São Paulo, SP: Cortez, 2003.
- GONDRA, José. (org.) **História, Infância e Escolarização**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.
- GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.
- MELLO, José Baptista de. **Evolução do Ensino na Paraíba**. 2ª ed. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1956, p. 100
- NARODOWSKI, Mariano. Adeus à infância (e a escola que a educava). In: SILVA, Luiz Heron, (org.). Porto Alegre: SMED, 1998. p.173.
- OLIVEIRA, Iranilson B. **Façamos a Família à nossa Imagem: a construção da Família no Recife Moderno (décadas de 20 e 30)**. Recife, 2002, tese (Doutorado em História) CFCH, Universidade Federal de Pernambuco.
- PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002, p. 182. (Coleção educação contemporânea)
- VIDAL, Diana G. **Escola Nova e processo educativo**. In: LOPES, Eliane MartaT.; FARIA FILHO, Luciano M; VEIGA, Cynthia G. **500 anos de educação no Brasil**. (3 ed.). Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Fontes Documentais

- A UNIÃO. **Novos rumos á educação na Parahyba**_12 de fev. de 1938, p. 1
- A UNIÃO, 12 de Fevereiro de 1938, p. 1
- A UNIÃO. A criança. De Castro e Silva. 17 de Outubro de 1944
- PIMENTEL, Cristino. Coisas da Cidade. **Voz da Borborema**. Campina Grande, nº10, de 16 de fevereiro de 1938.
- VIANA, Raymundo. O Alcance econômico social da administração Argemiro de Figueiredo. In: **Voz da Borborema**. Campina Grande, nº 4, de 25 de janeiro de 1938.